



Melhora a qualidade do emprego na agricultura brasileira

Otávio Valentim Balsadi*
José Graziano da Silva**

A recente divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2004 tornou possível uma avaliação mais detalhada do comportamento do emprego na agricultura brasileira, nesses primeiros anos do século XXI.

No período de 2001 a 2004:

1. Foram criados 444 mil novos empregos; um crescimento de 10%.
2. O grau de formalidade (empregados com carteira assinada) subiu de 28% para 32%. Isso representou um aumento de 320 mil empregados com registro em carteira, fator relevante para o crescimento dos contribuintes da Previdência Social.

Os dados da PNAD mostram crescimento do número de empregados, e de empregados formalizados, em todas as regiões do País, sendo os maiores aumentos relativos verificados no Sul e no Nordeste (13% em ambas).

Quanto ao grau de formalidade, os maiores aumentos ocorreram nas regiões Norte Urbano (102%) e Nordeste (37%), que eram, em 2004, as únicas com grau de formalidade abai-

xo da média nacional. A maior participação de empregados com carteira assinada, em 2004, era na região Sudeste, com 46%, seguida pelo Centro-Oeste, com 39%.

GANHO REAL

Outro dado positivo é o ganho real verificado no rendimento médio mensal de todas as categorias dos empregados: 6% para os permanentes urbanos; 4% para os permanentes rurais; 12% para os temporários urbanos; e 12% para os temporários rurais (recebem menos da metade do que recebem os permanentes urbanos).

Também melhorou o nível educacional dos empregados, com a maior participação dos alfabetizados e daqueles com oito anos ou mais de estudo. Em 2004, entre os empregados permanentes com residência urbana, 78% eram alfabetizados e 13% tinham oito anos ou mais de estudo. Entre os empregados permanentes com residência rural, 76% eram alfabetizados e 7% tinham oito anos ou mais de estudo.

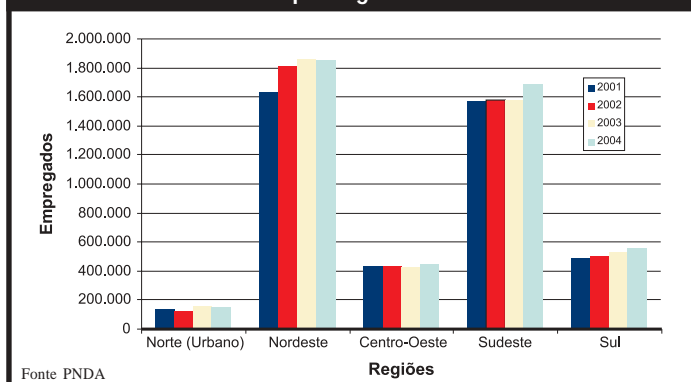
Para os empregados temporários com residência urbana, os valores foram 73% e 6%, respectivamente, e para os temporários rurais, 73% e 5%.

Dois aspectos preocupam quanto às disparidades e desigualdades na qualidade do emprego entre as:

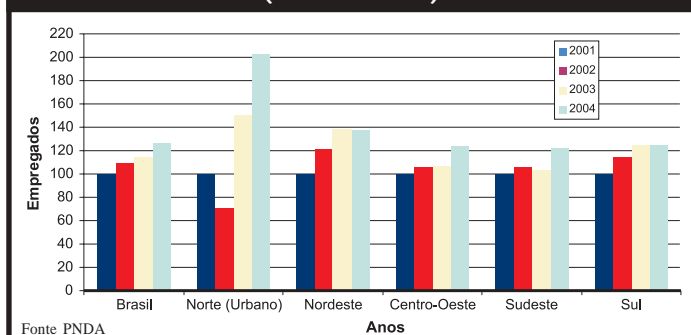
1. Categorias de empregados: as condições de emprego dos empregados permanentes são mais favoráveis, comparativamente aos empregados temporários;
2. Regiões: o Nordeste continua com as condições de emprego mais desfavoráveis.

Apesar de todas as categorias terem registrado aumento no grau de formalidade, ainda é muito distante a realidade dos empregados temporários em relação aos empregados permanentes. Enquanto os temporários rurais e urbanos tiveram apenas 5% e 14% de carteira assinada em 2004, os permanentes rurais e urbanos tiveram 50%. Embora os temporários rurais tenham registrado seu maior progresso no quesito renda, no período de 2001 a 2004, seus ganhos (em média, R\$194 (preços reais de setembro de 2005) continu-

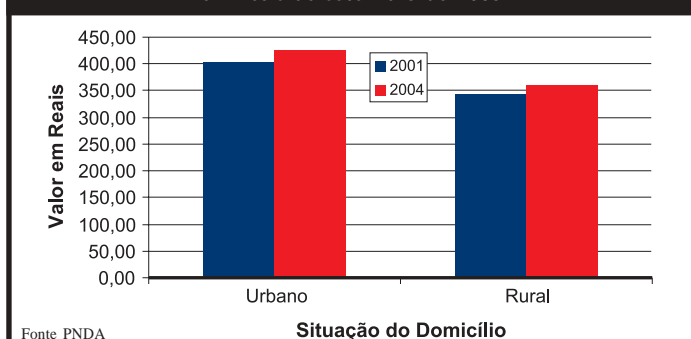
Brasil: total de empregados na agricultura, por regiões



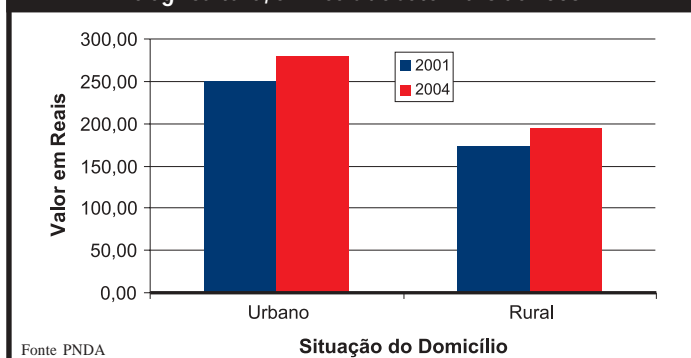
Brasil: total de empregados com carteira na agricultura (índice 2001=100)



Brasil: rendimento médio mensal dos empregados permanentes na agricultura, em reais de setembro de 2005



Brasil: rendimento médio mensal dos empregados temporários na agricultura, em reais de setembro de 2005



am menores do que os das demais categorias (R\$279 dos temporários urbanos, R\$359 dos permanentes rurais e R\$426 dos permanentes urbanos). No mesmo ano, 28% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo mensal, contra 38% dos temporários urbanos, 56% dos permanentes rurais e 62% dos permanentes urbanos.

NORDESTE

Os dados da PNAD mostram também que os empregados temporários nordestinos ainda são os mais desfavorecidos. Além da pequena participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, da baixa participação dos auxílios recebidos, o que chama muito a atenção é a disparidade na renda. Em 2004, apenas 12% dos temporários urbanos e 7% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês. Nesse mesmo ano, essas duas categorias, apesar dos ganhos reais verificados no período, tiveram os menores rendimentos médios mensais do Brasil: R\$167 para os temporários rurais, e R\$ 185 para os temporários urbanos.

CENTRO-OESTE

No outro extremo, aparece a região Centro-Oeste, com as melhores condições de emprego para os trabalhadores permanentes. Em 2004, 82% dos empregados permanentes urbanos e rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês, além de terem os maiores rendimentos médios mensais do Brasil (R\$566 para os urbanos e R\$536 para os rurais, a preços reais de setembro de 2005).

No período de 2001-2004, a categoria de empregados representou, em média, 28% do total dos ocupados na agricultura brasileira. Para eles, o cenário favorável verificado no setor se refletiu em avanços, mesmo que modestos em alguns casos, nas condições de trabalho. Como o processo não foi homogêneo para todas as categorias de empregados e regiões, restam como maiores desafios a melhoria nas condições de emprego para os empregados temporários, urbanos e rurais, que continuam com elevados níveis de precarização, especialmente para os da região Nordeste, que continua muito distante das demais, quando o tema é qualidade do emprego na agricultura. ■

* Pesquisador da Embrapa e Doutorando em Economia Aplicada no Instituto de Economia da Unicamp.

** Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp e Assessor Especial da Presidência da República.